

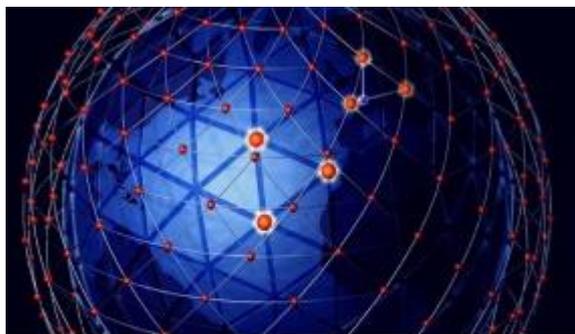


Em  Sociedade

Trabalhos do CEDEFES junto a comunidades negras e quilombolas em Minas Gerais: 20 anos de experiência.

Equipe do CEDEFES¹

¹Citamos, em ordem nominal, alfabética, as pessoas da entidade (Equipe CEDEFES) que colaboraram com os relatórios periódicos de projetos e/ou escreveram este texto, que os usou como fontes de referência: Jesus Rosário, técnico de campo, até março de 2022; Leda M. Benevello de Castro, presidente do CEDEFES em exercício; Luci R. Espescht, tesoureira do CEDEFES em exercício; Maria Elizabeth Gontijo Santos, ex-presidente do CEDEFES; Regina Campos, ex-presidente, secretária do CEDEFES em exercício; Rosana C. Avelar, coordenadora dos projetos desde 2014".



Em Sociedade

Resumo

Este é um trabalho de natureza não acadêmica que a equipe do CEDEFES preparou descrevendo sua experiência de duas décadas de apoio às comunidades quilombolas de Minas Gerais, visando incentivar sua organização social e a formação política de suas lideranças. Foram usadas como principais fontes, os relatórios finais dos sete projetos, que o CEDEFES realizou neste período, com o apoio financeiro e institucional de entidades sociais europeias e católicas. Este trabalho constitui um esforço de resgate da memória de parte das lutas sociais das comunidades quilombolas de Minas Gerais.

Palavras-chave: comunidades quilombolas; auto-identificação étnica; certificação de comunidades.

Abstract

This is a non academic, informative text about the work of the 'Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES' with a number of rural black communities, known as 'quilombolas', in the state of Minas Gerais, during the last two decades. The main target of such work has been, through the years, to help these groups in their self identification as ethnic, social, and cultural entities, with historical roots, capable to organize themselves to struggle for their citizenship rights within a discriminatory social context. The main sources of the present text are the seven final work reports written for our financial agency, the german catholic institution known as Misereor-KZE, a long time social work partner of CEDEFES. That is why this work has a collective authorship: the Cedefes team.

Keywords: quilombola communities; ethnic self identification; community certification.



1 INTRODUÇÃO

O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1985, no município de Contagem, por professores, sindicalistas e ativistas sociais, durante o período de lutas pela redemocratização do Brasil. O nome do Centro é uma homenagem ao líder sindical e trabalhador rural Eloy Ferreira da Silva, assassinado por grileiros no município de São Francisco, em área de conflito por posse da terra. Em 2003, o CEDEFES realocou sua sede no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. A Entidade foi concebida como um centro de documentação que busca contribuir para a inserção social e política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem-terra, agricultores familiares, quilombolas e povos indígenas, valorizando a memória social dessas populações a partir da documentação, pesquisa e divulgação de suas identidades culturais. O CEDEFES mantém, desde sua fundação, uma política de informações aos povos e comunidades tradicionais, às instituições de ensino, aos movimentos sociais, etc., no seu site, em redes sociais e em outros veículos. No ano 2000 e durante o Seminário “500 Anos de Resistência Negra no Brasil: os Remanescentes de Quilombo e Outras Experiências”, o CEDEFES foi demandado pelos movimentos negros de Minas Gerais para atuar junto às comunidades quilombolas do Estado. É nesse contexto que a entidade elabora o Projeto “Quilombos Gerais” e o apresenta para a “MISEREOR”, que passou a financiar, a partir de 2003, as primeiras ações de identificação e documentação das comunidades negras e de mobilização e articulação de lideranças dessas comunidades. Neste artigo, a equipe do CEDEFES apresenta um sumário das experiências de trabalho em sete projetos com grupos comunitários apoiados por esta Entidade entre 2003 e 2022.

2 OS QUILOMBOS: HERANÇA SOCIAL DA ESCRAVATURA E AS LUTAS PELOS DIREITOS SOCIAIS DE SUAS POPULAÇÕES

Com a abolição da escravidão em 1888 e a falta de políticas de reparação para a inserção dessas pessoas no sistema produtivo e social, os negros que haviam sido transformados em escravos ampliaram a ocupação de áreas desabitadas, de difícil acesso, e também as vizinhanças das fazendas onde trabalharam. Durante cem anos, esses territórios não foram reconhecidos oficialmente pelos governos, pelo contrário, foram grilados e ocupados, e não houve nenhum



benefício ou política pública visando a inserção dos negros na sociedade que ajudaram a construir.

Somente cem anos depois, a Constituição Federal Brasileira de 1988 (1), principal consequência da luta contra a ditadura militar entre 1964 e 1985, reconheceu, no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, o direito às terras ocupadas por comunidades quilombolas. Esse artigo da Constituição foi fruto da luta do movimento negro brasileiro que, nesse mesmo ano, ou seja, em 1988, conseguiu que o governo brasileiro criasse a Fundação Cultural Palmares, originalmente vinculada ao Ministério da Cultura, o primeiro órgão governamental com a missão de promover a preservação, proteção e disseminação da cultura negra no Brasil. Até o início dos anos 2000, pouca informação existia sobre as comunidades quilombolas no Brasil e particularmente em Minas Gerais.

Em 2003, o Decreto 4.887 regulamenta o Artigo 68, definindo quem são os remanescentes das comunidades de quilombos, reafirmando a garantia dos seus direitos, inclusive de acesso à titulação dos seus territórios. O Decreto ainda transferiu para o Incra a regularização fundiária das comunidades quilombolas.

A existência do Decreto nº 4.887/03, possibilitando o acesso legal à titulação dos territórios quilombolas, estimulou o CEDEFES a buscar a identificação de comunidades quilombolas e atuar na mobilização, organização e articulação de suas lideranças com gestores públicos e com entidades e movimentos sociais.

O termo “quilombo” é polissêmico, com significados e sentidos diferentes. No Brasil as discussões sobre o tema quilombola sempre foram parcas. Só no fim dos anos noventa a temática se popularizou nos meios acadêmico, político e dos movimentos sociais. Na atualidade, o conceito de quilombo, para referir-se a um tipo de comunidade, vai muito além dos antigos grupos descendentes de escravizados fugidos do período colonial e imperial. Ele engloba, além das comunidades rurais, também grupos urbanos que se auto definem como comunidades negras e pedem o registro de seu espaço enquanto “território negro”. Observa-se uma clara ressignificação do conceito de quilombo para um sentido mais positivo e valorizado pelos membros dessas comunidades. A relação da comunidade com o território (uso e apropriação), com a cultura de matriz africana e com a política, é que possibilita sua definição



como comunidade quilombola. Ou seja, o quilombo passa a ser um espaço de resistência e reinterpretação do mundo pelos seus moradores, etnicamente diferenciados.

3 OS PRIMEIROS PROJETOS DO CEDEFES JUNTO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O primeiro projeto realizado pelo CEDEFES com o apoio da MISEREOR, denominado “Quilombo Gerais”, se deu entre 2004 e 2006 e focou o trabalho na identificação de comunidades negras rurais, por meio de fontes secundárias e informantes locais; visitas de identificação de comunidades negras rurais, sua localização e mobilização de lideranças.

O principal evento das mobilizações iniciais se deu em 2004, durante o I Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais, que permitiu um primeiro contato entre lideranças das comunidades quilombolas e delas com autoridades governamentais das esferas federal, estadual e municipal e organizações não governamentais. O encontro foi organizado em Belo Horizonte, pela Fundação Cultural Palmares, pelo “Instituto de Defesa da Cultura Negro e Afrodescendente - Fala Negra”, com um grande apoio do CEDEFES, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG), da Prefeitura de Belo Horizonte e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE).

Neste encontro, foi constituída uma comissão que realizou várias reuniões ao longo do ano de 2004, para então, em junho de 2005, através de uma assembleia com a participação de 170 quilombolas, representando 76 comunidades, consolidar sua organização política e fundar a Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, que recebeu a denominação “N’Golo”. Na ocasião, diversos representantes de comunidades expuseram a situação em que viviam: a grilagem das terras, a parcimônia de políticas públicas, a falta de geração de renda nas localidades, entre outros. Os grupos discutiram um planejamento de ações e houve a eleição, por aclamação, da primeira diretoria.

Como resultado deste esforço, o CEDEFES conseguiu identificar, em 2006, 365 comunidades quilombolas nas várias regiões do Estado, apresentando, na medida do possível, informações sobre suas localizações, histórias, culturas e infraestruturas. Na época, este levantamento permitiu o acesso de algumas comunidades mineiras a políticas públicas específicas, tais como os programas federais “Luz para Todos” e “Quilombola venha ler e



escrever”, que só vieram para Minas Gerais por causa do grande número de comunidades identificadas no Estado.

Foram realizadas 18 viagens e 54 visitas a comunidades entre 2004 e 2005, onde lideranças foram entrevistadas e alguns materiais documentais foram recolhidos para posterior divulgação tanto na Agenda Popular, o antigo boletim mensal do CEDEFES, como em materiais informativos para outras entidades.

Outro importante trabalho de informação e divulgação quilombola, no âmbito do primeiro projeto, foi preparar, em 2005, uma cartilha sobre a regulamentação das terras quilombolas. Esta cartilha foi distribuída durante as viagens a campo e em eventos de interesse das comunidades quilombolas. Foram distribuídos cerca de 5.000 exemplares.

O projeto também se propôs a realizar articulação social e mobilização das lideranças quilombolas em reuniões e encontros durante três anos.

Por volta de 2006, como resultado do trabalho de identificação de comunidade e mobilização social pelo Brasil afora, a questão quilombola foi tomando uma outra dimensão no Estado de Minas Gerais e no País. As forças contrárias às efetivações de seus direitos se armaram e endureceram a luta. Assim, mesmo se organizando, os direitos das comunidades quilombolas continuavam no papel. Além da espoliação de seus territórios por grilagens, empreendimentos hidro energéticos, mineração, especulação imobiliária, atividades do agronegócio, monocultura do eucalipto, entre outros, esta população sofre o preconceito e o racismo por serem negras.

O segundo projeto do CEDEFES com apoio da MISEREOR foi realizado entre 2006 e 2009, e teve como objetivos específicos: 1 - Dar visibilidade social e política à questão quilombola no Estado de Minas Gerais e no Brasil; 2 - Contribuir para articulações junto aos movimentos sociais, entidades e órgãos públicos para encaminhamentos de soluções, como uma legislação estadual específica e titulação dos territórios, dentre outras; 3 - Identificar mais comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais; 4 - Produzir materiais documentais sobre comunidades quilombolas de Minas Gerais; 5 - Assessorar as comunidades que assim desejassem o seu reconhecimento oficial como de origem quilombola (certificação na Fundação Cultural Palmares) e a conseqüente legalização de suas terras, nos termos da garantia constitucional; 6 - Divulgar a questão quilombola através de publicações e dos veículos de comunicação da entidade; 7 - Dar subsídios para a articulação política da Federação das



Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N´golo) e outras associações quilombolas; 8 - Prestar assessoria às lideranças quilombolas em debates, reuniões e seminários.

Salientam-se os seguintes resultados em materiais de publicação e divulgação: o livro “Zezé e os Tambores” (2), o CD-ROM e o vídeo “Comunidades Quilombolas de Minas Gerais” (3), o livro “Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no Séc. XXI” (4). Todos estes materiais ajudaram a evidenciar o tema quilombola no mundo acadêmico, na opinião pública e na pauta das políticas públicas. Essas publicações provocaram um impacto considerável, pois os dados eram desconhecidos por órgãos estatais, pela academia, pelos próprios quilombolas e pela sociedade em geral.

Na questão da articulação, ressalta-se o papel do CEDEFES na organização do II Encontro de comunidades quilombolas de Minas Gerais, na cidade de São João da Ponte (30 e 31 de março e 01 de abril de 2007), no III Encontro de comunidades quilombolas de Minas Gerais, na cidade de Contagem (27 a 30 de novembro de 2008) e na assessoria aos encaminhamentos da Federação N´Golo. As ações do CEDEFES nesses anos contribuíram para a expansão das lutas sociais, em especial, das comunidades quilombolas.

4 APOIO E ASSESSORIA À FEDERAÇÃO N´GOLO

O terceiro projeto do CEDEFES/MISEREOR recebeu o título “Fortalecimento da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais” e foi executado no período de junho de 2009 a julho de 2013. Neste período, houve uma mudança na equipe técnica do CEDEFES e, conseqüentemente, algumas alterações nos objetivos e atividades do projeto. Salienta-se um maior foco na assessoria das atividades sociais e na formação de lideranças da Federação N´Golo. O CEDEFES, então, participou de muitas reuniões no Estado, assim como fortaleceu sua parceria e colaboração com outras instituições, tais como: Cáritas Brasileira, CESE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, sindicatos dos trabalhadores rurais, Emater - MG. Com relação a Federação N´Golo, o projeto ajudou muito na criação de novas associações nas comunidades, assim como na organização do V Encontro Estadual de Comunidades Quilombolas (Ipoema, distrito de Itabira – dezembro 2012), com a participação de 390 quilombolas, de várias regiões do Estado. O projeto foi ativo na assessoria de articulação da N´Golo com outras entidades, tais como: Conselho Estadual de Agricultura Familiar (CEDRAF); Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR) e Coordenação



Nacional Quilombola (CONAQ). Estas iniciativas permitiram uma maior visibilidade pública da N'Golo.

Em 2013, o CEDEFES, no âmbito do projeto, publica o livro “Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: Entre direitos e conflitos” (5), que conta um pouco da jornada de trabalho da entidade junto aos grupos comunitários quilombolas na luta comum pela defesa dos seus direitos sociais. Nesta publicação, o CEDEFES atualizou para 513 o número de comunidades identificadas no Estado. Também apresenta um mapa dos principais conflitos enfrentados pelas comunidades mineiras e pequenos estudos de caso sobre comunidades específicas.

O CEDEFES, entre 2013 e 2015, executou o projeto “Agentes Quilombolas Socioambientais: o turismo como geração de renda no Médio Jequitinhonha”, financiado pela Oi Futuro. O CEDEFES realizou a capacitação de jovens agentes socioambientais e, posteriormente, desenvolveu o projeto voltado para a estruturação do turismo de base comunitária na região de Chapada do Norte, Berilo e Minas Novas. Ao final, foi constituída uma entidade regional das comunidades quilombolas, e foi elaborado e publicado o Guia Turístico – “Rota dos Quilombos turismo de base comunitária no Jequitinhonha” (6).

5 A CRIAÇÃO DAS COMISSÕES REGIONAIS

O quarto projeto, abrangendo o período de setembro de 2013 a dezembro de 2016, recebeu o título de “Reivindicação e aplicação dos direitos civis, sociais, econômicos, culturais e territoriais das comunidades de quilombos no estado de Minas Gerais”. Este período foi particularmente crítico para o País, pois se observou a reação das elites do poder, que se opuseram às conquistas coletivas, ainda que precárias, já obtidas pelos segmentos populares, entre os quais os grupos quilombolas. A situação política brasileira se degradou a tal ponto que teve como consequência a destituição da presidenta Dilma Rousseff por um golpe jurídico-



parlamentar em 2016. Desde então, vivemos sob o domínio das políticas neoliberais e antissociais.

Com relação aos grupos quilombolas, a situação em Minas Gerais, a despeito de todo trabalho de mobilização e organização, não gerou resultados permanentes, sobretudo no aspecto do acesso à terra.

No início de 2017, havia cerca de 200 processos de solicitação de regularização fundiária dos territórios de comunidades quilombolas abertos no INCRA - 6ª Região MG. A comunidade quilombola Porto Coris, em Leme do Prado, obteve o Título de Reconhecimento de Domínio emitido pela Fundação Cultural Palmares em 20 de julho de 2000. Apesar de ter a titulação de suas terras reconhecida, passou pela grande contradição de ser forçadamente impedida de ali permanecer, quando a hidrelétrica de Irapé inundou seu território de 200 hectares às margens do rio Jequitinhonha, com a construção da barragem pela Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG), destruindo, assim, a tradição ali preservada pelos descendentes do filho de uma escravizada fugida, Germana Alves Coelho.

Esta situação ainda é mais grave considerando que Minas Gerais é, provavelmente, o estado brasileiro com maior número de comunidades e territórios quilombolas. Comparativamente, outros estados como São Paulo, Maranhão, Pará e Bahia já realizaram o processo de titulação de alguns territórios quilombolas, independentemente do governo federal. Isto sugere que Minas Gerais tem um quadro institucional muito mais conservador e resistente à concessão dos direitos sociais às populações tradicionais. No que dependeu das instituições federais de caráter cultural, como a Fundação Cultural Palmares, os processos de certificação de comunidades negras como quilombolas avançou bastante: pelo menos 200 comunidades estavam certificadas em 2017. O gargalo maior, como sempre no Brasil, está na questão da distribuição de terras, como é notório no caráter insolúvel das políticas pró reforma agrária, até mesmo no período pós ditadura militar.

Uma das inovações levadas a cabo no IV Projeto, dadas as circunstâncias negativas da conjuntura, foi a proposta de criação, em parceria com a Federação N'Golo, de comissões regionais, agrupando representantes de comunidades quilombolas por mesorregiões, facilitando, desta forma, o levantamento, encaminhamento e acompanhamento das demandas dos quilombolas da região.

Foi assim que se criou, em 2015, a primeira Comissão Regional, no município de Chapada do Norte, em encontro com a participação de cerca de 200 quilombolas: a Comissão



Regional do Médio Jequitinhonha (Coquivale). Desde então, a Coquivale já organizou várias atividades de mobilização, identificação de comunidades a serem atendidas pelo Ministério Público de Minas Gerais e encaminhou requerimentos para certificação de autorreconhecimento das comunidades quilombolas da região junto à Fundação Cultural Palmares.

No Vale do Rio Doce, lideranças quilombolas, com o apoio da Federação N´Golo e do CEDEFES, realizaram, em junho 2016, o VI Encontro Cultural de Comunidades Quilombolas, com a participação de cerca de 400 pessoas. Nesse evento, demandas das comunidades quilombolas de Sabinópolis foram apresentadas aos órgãos públicos, municipal e estadual presentes. Como resultado das articulações, foi criado por lei municipal o Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas de Sabinópolis, órgão para atuar em defesa e fortalecimento das comunidades quilombolas daquele município.

O CEDEFES e N´Golo, ao longo dos anos de 2014 a 2016, trabalharam com cinquenta e cinco comunidades quilombolas no Estado. Foram realizados encontros e rodas de conversa com vistas à formação, esclarecimento, orientação e encaminhamentos sobre procedimentos necessários para a solicitação de abertura de processos de certificação pela Fundação Cultural Palmares, no âmbito do Programa Brasil Quilombola.

A certificação é o primeiro passo a ser observado para o reconhecimento de direitos advindos do acesso às políticas voltadas para os quilombolas. Nestes dois anos, pelo menos 53 comunidades obtiveram sua certificação junto à Fundação Cultural Palmares.

Entre 2015 e 2016, salientam-se os seguintes trabalhos de campo feitos pelo CEDEFES:

Viagem à Comunidade de Espinho, no município de Gouveia, para atualização das informações registradas no cadastro do CEDEFES. Espinho é uma comunidade formada há mais de 200 anos, cujos primeiros moradores vieram da região do Serro. Os quilombolas de Espinho alegam que perderam grande parte do seu território para empresas de extração de minérios e grileiros da região.

Visita à Comunidade de Raiz, no município de Presidente Kubitschek. É bem próxima da Comunidade de Espinho, embora estejam localizadas em municípios diferentes. A formação desta comunidade deu-se com “Pai Véio”, que migrou da Comunidade de Espinho e se estabeleceu no local que hoje é Raiz. Os moradores desta comunidade trabalham com o apanho das flores sempre viva e o capim dourado, utilizados na feitura do artesanato de peças de decoração e adornos femininos. Da mesma forma que Espinho, os moradores reclamam da



perda de seu território original pela invasão e ocupação dos campos com o plantio de eucalipto e extração do alumínio.

Visita a Comunidade de Santa Luzia, localizada no município de Jaíba, para reunião de apoio e esclarecimento sobre procedimentos jurídicos e deliberação relativa aos assuntos quilombolas no âmbito local.

Reunião em Januária, com representantes de 23 comunidades quilombolas do entorno. Na oportunidade, foi discutida a questão do distanciamento da Federação N'Golo daquelas comunidades e também a morosidade dos processos de certificação de várias comunidades que enviaram suas documentações à Fundação Cultural Palmares. Na ocasião, foi também denunciada a utilização de agrotóxicos nas plantações, por um determinado fazendeiro, que acabou por contaminar a água utilizada pelos quilombolas.

N'Golo e CEDEFES participaram na realização do I Encontro de Mulheres do Jequitinhonha, nos dias 26 e 27 de novembro de 2016, organizado pela Coquivale, na comunidade quilombola de Vila Santo Isidoro, município de Berilo, com a participação de cerca de 150 mulheres. Os temas trabalhados pelos participantes privilegiaram as questões de gênero e trabalho; gênero e violência contra mulher e gênero e migração.

O CEDEFES e N'Golo fizeram várias inserções nas mídias para divulgação do Festival Cultural Canjerê, em suas duas edições, nas emissoras Rádio Band News, Rádio Inconfidência, CBN e Rede Minas de televisão. Fizeram também a divulgação de um vídeo de chamada para o Canjerê, produzido pela Napele Produção, e do documentário “Quilombos em Belo Horizonte - atuação da DPU/MG”, produzido pela Defensoria Pública da União (DPU), além das publicações em jornais como a ocorrida no “Brasil de Fato”.

A avaliação externa solicitada pela MISEREOR, em 2016, concluiu que os projetos coordenados pelo CEDEFES têm facilitado processos de formação e capacitação de lideranças quilombolas, fortalecendo suas organizações (Federação e associações) para que tenham maior capacidade de atuar na defesa dos direitos e interesses das comunidades. Concluiu que o CEDEFES possibilitou maior interlocução entre as comunidades quilombolas e representações de órgãos públicos.

O V Projeto foi realizado entre 2016 e 2019 e recebeu o título de “Cidadania Quilombola: organização e representação das comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais”. Esta edição dos projetos do CEDEFES focalizou o trabalho de formação de comissões regionais, em várias áreas do estado de Minas Gerais.



A partir de 2016, o governo Michel Temer reinaugura o ciclo de conservadorismo político que acabou propiciando o avanço das forças de extrema direita que levaram Jair Bolsonaro a Presidência da República em 2018.

A cada ano, tudo piorou para as comunidades tradicionais, dentre elas as comunidades quilombolas. Apesar disso, é importante salientar que este projeto permitiu atividades de campo que ajudaram a dar visibilidade política a lideranças negras.

Por exemplo, nas eleições municipais de 2016, vários quilombolas disputaram cargos legislativos municipais em diversas cidades e regiões do estado. Citam-se os casos de Edna Correia de Oliveira, da Comunidade Quilombola Santa Luzia (Gurutuba), que concorreu ao cargo de vereadora em Jaíba; Jordânia Fernanda da Silva Mariano, da comunidade quilombola Cachoeira dos Forros, que concorreu ao legislativo de Passa Tempo; Maria da Graças Lopes da Silva, do quilombo Carrapatos da Tabatinga, localizado em Bom Despacho, que também concorreu para vereadora. No Vale do Mucuri, o quilombola Edson de Souza Santos, da comunidade Marques, localizada em Carlos Chagas, concorreu ao legislativo desse município. No Vale do Rio Doce, o quilombola Reginaldo Pereira Costa, da Comunidade São Roque, localizada no município de Sabinópolis, elegeu-se vereador com 361 votos, classificando-se como o terceiro mais votado. Foi uma importante experiência, mas não se pode deixar de reconhecer a resistência das sociedades locais em aceitá-los. Essas pessoas são lideranças que desempenham um bom trabalho social nos seus municípios. Na eleição nacional de 2018, Minas Gerais lança a primeira candidata quilombola à Câmara Federal, Sandra Silva, da Comunidade de Carrapatos da Tabatinga, em Bom Despacho. Quase todo o recurso disponibilizado a campanha desta candidata foi arrecadado via mobilização e organização de quilombolas e de vários parceiros. Durante a campanha, comunidades quilombolas mineiras foram visitadas para o levantamento de demandas que subsidiaram as propostas de trabalho e a base da plataforma da referida candidata. Sandra obteve 3.969 votos, que não foram suficientes para elegê-la deputada federal.

Foi realizado em setembro de 2016, no município de Cantagalo, um evento que contou com a participação de 225 quilombolas, de 21 comunidades de 10 municípios: 1) Santa Maria de Itabira - Barro Preto, Macuco e Boa Vista; 2) Cantagalo - São Félix; 3) Peçanha - São Jorge da Água Branca e Purificação; 4) Senhora do Porto – Moinho Velho; 5) Frei Lago Negro – Flores; 6) Coluna – Furtuoso e Suassuí; 7) Sabinópolis – Bom Jardim, Santa Bárbara, Nova Pousada, Barra do Santo Antônio, Maitaca, Córrego Mestre, São Roque e São Domingos; 8)



Virgolândia – Águas Claras; 9) Antônio Dias – Indaiá; 10) Braúnas – Córrego do Ivo. Neste evento foi criada a Comissão Regional Quilombola do Alto Rio Doce, que posteriormente adotou o nome de Comissão Regional Quilombola do Rio Doce.

Em 23 de setembro de 2017, foi realizado no município de Jaíba um encontro, com a participação de 265 quilombolas das comunidades: Malhada Grande, Malhadinha, Teotônio, Santa Luzia, Gurutuba, Vila Nova de Poções – Bem Viver, Lagoa Grande, Espinho, Puris, Praia, Lapinha, São Sebastião, Socó Velho, Vila do Sudário e Taperinha, de representantes dos poderes públicos municipais e estadual e estudantes do ensino médio. Neste evento foi constituída a Comissão Regional Quilombola-CoquiNorte, com representantes de comunidades localizados nos municípios de: Catuti, Gameleiras, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Monte Azul e Pai Pedro.

A Comissão Regional Quilombola do Vale do Mucuri, formada em 15 de dezembro de 2018, num encontro realizado na cidade de Teófilo Otoni, contou com a representação de 85 quilombolas das comunidades de: Canoas, Quaresma, Curvina, Santa Cruz, São Julião, Cama Alta, Salineiros, Marques, Suíça II, Vila Barreiros, Vale Verde, Santana, Água Preta de Baixo, Catirinos, Córrego Novo, Rancho Grande, Nunes, Ventania, Marcineiros, Boa Vista, Faceira, Indaiá, Arraial dos Crioulos, Água Limpa; localizadas nos municípios de: Novo Cruzeiro, Carlos Chagas, Setubinha, Santa Helena de Minas, Ouro Verde, Fronteira dos Vales, Itambacuri, Ataleia, Ladainha, Catuji, Teófilo Otoni, Indaiá e Chapada do Norte.

Lideranças de comunidades do Baixo Jequitinhonha avaliaram ser difícil sua participação nos trabalhos da CoquiVale, em função das distâncias entre os municípios. Tiveram iniciativa de formar uma nova comissão, em outubro de 2017, denominada CoquiBaixo. O CEDEFES deu uma colaboração para esta iniciativa das lideranças locais.

As Comissões Regionais Quilombolas atuam localmente em questões relativas aos interesses das comunidades, em conformidade com a orientação prevista no Estatuto da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N'Golo, fortalecendo as ações políticas da instituição no Estado.

Além disso, o projeto também realizou vários eventos de organização e capacitação de lideranças quilombolas, dentre os quais destacam-se:

1) Capacitação de 50 mulheres, para atuarem como multiplicadoras em defesa dos seus direitos e na efetivação das políticas públicas locais. A formação para mulheres foi realizada em dois momentos: I Módulo, em 22 e 23 de setembro de 2018, e o II Módulo, em 16 e 17 de



novembro de 2018, no município de Chapada do Norte, e contou com a participação das mulheres de 13 comunidades quilombolas, são elas: Água Suja, Tolda, Cuba, Gravatá, Córrego Rocha, Poções e Faceira, situadas em Chapada do Norte; Macuco e Bemposta, localizadas em Minas Novas; Vila Silvolândia, em Jenipapo de Minas; Mutuca, em Coronel Murta; Baú, em Araçuai e Comunidade Quilombola Jenipapo em Itinga.

A capacitação permitiu as quilombolas refletirem sobre sua marcante presença e protagonismo nas comunidades, nos espaços de discussão, nos eventos religiosos, no folclore, nos momentos de danças, nas animações de grupos e reuniões de associações. Avaliaram que quando se fala em representação política e em espaços deliberativos há muitos desafios a serem enfrentados pelas mulheres quilombolas. Ponderaram que, para alcançarem um lugar de referência nos espaços de tomada de decisão política, faz-se necessário uma construção de longo prazo, isto porque a atual sociedade está estruturada num modelo patriarcal. Segundo as mulheres presentes, o que acontece na sociedade como um todo, também ocorre nas comunidades quilombolas, ou seja, há um predomínio do “poder” masculino, em que a maioria dos homens decide pelo grupo familiar e pelas instituições representativas. Elas trouxeram para discussão o fato de serem intimidadas e proibidas de ocupar esses espaços.

Além dos projetos com apoio da MISEREOR, o CEDEFES tem conseguido captar recursos de diversos financiadores para atuar junto às comunidades quilombolas de Minas Gerais, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Oi Futuro, Inter-American Foundation (IAF), por exemplo:

1. De 2008 a 2014, executou o projeto “Diagnóstico sociocultural e capacitação política das representações quilombolas do Vale do Mucuri, MG”, financiado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no município de Ouro Verde de Minas, especificamente, na Comunidade Quilombola Córrego de Santa Cruz.
2. Desenvolveu, de 2010 a 2011, no Vale do Jequitinhonha, o projeto “Os Quilombos e o Cerrado em Minas Gerais – Etnia e meio Ambiente”. Projeto financiado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), no âmbito do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS). Seu foco foi o fortalecimento da articulação e da consciência das



organizações quilombolas em lutar pela titulação dos territórios tradicionais. Esta titulação acarretaria a preservação do meio ambiente e o uso sustentável do cerrado.

3. Entre 2015 a 2018, elaborou e executou, com financiamento da IAF, o projeto “Levantamento das cadeias produtivas das comunidades quilombolas do Rio Doce – Projeto de Planejamento”, envolvendo dez comunidades de 6 municípios do Vale do Rio Doce, a saber: Indaiá, em Antônio Dias; Moinho Velho, em Senhora do Porto; Santa Bárbara, Barra de Santo Antônio, São Domingos Cabeceira e São Roque, localizadas em Sabinópolis; Botelhos e Contendas/Trigal em Materlândia; São Félix em Cantagalo e Córrego do Ivo, em Braúnas.

Durante a execução, foram realizados:

- pesquisa preliminar em 28 comunidades quilombolas com o objetivo de aprofundar os trabalhos em 10 comunidades;
- visita a todas as 10 comunidades para a elaboração do diagnóstico, negociação de projetos a serem elaborados para serem posteriormente aprovados pela comunidade;
- encontros de lideranças quilombolas em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sabinópolis;
- excursão com cerca de 30 mulheres das comunidades quilombolas do Alto Rio Doce à Comunidade Espinho, município Gouveia, que foi uma oportunidade de troca de experiências e estreitamento das relações entre as participantes.
- elaboração, edição e publicação do livro “Vida no Quilombo” (7), que foi a última atividade executada dentro do projeto, utilizando dados obtidos a partir da pesquisa de campo e outras fontes de informações. O livro apresenta um conjunto de dados e informações sobre as 28 comunidades visitadas na primeira fase do projeto, com o objetivo de subsidiar a implementação de políticas públicas que possibilitem a superação dos desafios explicitados pelos quilombolas do Alto Rio Doce.
- em cada uma das comunidades trabalhadas, foram elaborados diagnósticos participativos que culminaram em projetos produtivos, que não puderam ser executados por falta de continuidade no financiamento, tanto pela IAF como por outras entidades.

A experiência de 20 anos que o CEDEFES acumulou com seu trabalho junto às comunidades quilombolas de Minas Gerais ensina sobre as dificuldades e os ritmos diferenciados de transformações que se podem obter nos grupos sociais tradicionalmente



excluídos da sociedade brasileira. Durante boa parte do período inicial do trabalho, entre 2003 e 2015, pode-se testemunhar alguns progressos, que expandiram esperanças de mudanças na organização das comunidades e na obtenção dos seus direitos sociais.

A partir de 2016, no entanto, vivencia-se no País um enorme retrocesso na legitimação das lutas dos pobres por uma vida melhor. No caso dos quilombolas, por exemplo, a questão do território ficou completamente negada pelos poderes públicos e até mesmo em risco, dado o apoio governamental aos donos de terra no País, causando muita decepção e desânimo entre as comunidades e suas lideranças. A despeito disso, o CEDEFES mantém-se firme no apoio a elas, com base no compromisso ético da Entidade, que alia apoio técnico com luta social e política em prol de uma sociedade menos desigual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 05 de outubro de 1988.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. “**Comunidades Quilombolas de Minas Gerais**”. Belo Horizonte: CEDEFES/MISEREOR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial., [20--a]. Vídeo e CD-ROM, s/d.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. “**Comunidades Quilombolas de Minas Gerais: entre direitos e conflitos.**” Belo Horizonte: CEDEFES/MISEREOR, Belo Horizonte, 2013, 111 p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. “**Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: história e resistência**”. Belo Horizonte: CEDEFES/MISEREOR, Belo Horizonte, 2008, 391 p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. “**Turismo Quilombola de Base Comunitária: Rota dos Quilombos: Vale do Jequitinhonha, MG**”. Belo Horizonte: CEDEFES/OI Futuro, Belo Horizonte, [20--b] s/d, 74 p.

GONTIJO, Bete; CAMARGO, Pablo Matos. **Zeze e os tambores**. Ilustrações de Humberto Guimarães. Belo Horizonte: CEDEFES. Belo Horizonte, 2007, 48 p.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos (coord.). **Vida no quilombo: um estudo sobre as comunidades quilombolas do Alto Vale do Rio Doce em Minas Gerais**. Belo Horizonte: CEDEFES, Belo Horizonte, 2018, 96 p.